



PROGRAMA DE GOVERNO APROVADO E ENTREGUE NA AR

PÁGINA 3



ELENCO DO XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL

PÁGINA 5

JORGE FERREIRA



XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL

ESTE É UM TEMPO NOVO PARA PORTUGAL

PÁGINA 4

ACÇÃO SOCIALISTA DIGITAL DIÁRIO

SUBSCREVA AQUI



TODOS OS DIAS ÚTEIS CONTEÚDOS EXCLUSIVOS

QUENTE & FRIO

POR MARY RODRIGUES



A ESCALDAR NARRATIVA DE CRESCIMENTO É FALSA

Os recentes números divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) dão conta de uma estagnação da economia portuguesa no último trimestre e mesmo de uma desaceleração face a 2014. Afinal, como bem referiu o deputado socialista João Galamba, a “narrativa de aceleração do crescimento e de descida do desemprego vendida pelo PSD/CDS no anterior Governo provou, afinal, não ser verdadeira”. Os recentes dados do INE demonstram, mais uma vez, que as velhas políticas da austeridade custe o que custar não estavam a resultar.



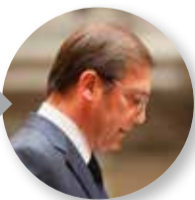
QUENTE NADA FEITO NO OE-2016

O Governo de Pedro Passos Coelho e Paulo Portas teve tempo para tudo, até para nomeações ilegais, mas não para preparar sequer um esboço de proposta de Orçamento de Estado para 2016, visto o adiantado da data. O Governo de António Costa encontrou tudo por fazer na preparação da proposta de lei de Orçamento do Estado a apresentar à Assembleia da República.



FRIO SALÁRIO DO PRIVATIZADOR-MOR

Desde a entrega da ANA aos franceses da Vinci, passando pelo retalho dos CTT em favor do Goldman Sachs e do Deutsche Bank, até à anunciada alienação da TAP e concessão dos transportes urbanos de Lisboa e Porto, todos estes processos têm algo em comum: a empenhada e apressada participação do antigo secretário de Estado, Sérgio Monteiro, que agora, soube-se, vai ganhar uns parcos 30 mil euros por mês para vender o Novo Banco.



GELADO FIM DE CICLO

Depois de ter feito literalmente tudo o que podia para dilatar no tempo a permanência do Executivo liderado pelo quadrante político da sua eleição, o chefe de Estado, Aníbal Cavaco Silva, fez questão de lembrar que é ele o último cavaleiro do Apocalipse e que quase todos os seus poderes permanecem intactos, como o de vetar leis, pedir a sua fiscalização e até demitir o Governo. O apego ao poder incomodou até Marcelo Rebelo de Sousa que não deixou de lembrar Cavaco que já terminou um ciclo político no governo e na Presidência da República. ■



JORGE FERREIRA

21 NOVOS DEPUTADOS ASSUMEM FUNÇÕES

Com a tomada de posse do XXI Governo Constitucional, são 21 os novos deputados socialistas que assumem funções em substituição dos parlamentares eleitos a 4 de outubro e agora nomeados para o Executivo de António Costa.

LISBOA

Rui Riso, Miguel Coelho, Wanda Guimarães, Ricardo Leão e Paulo Marques

Entram em substituição do primeiro-ministro António Costa, dos ministros Mário Centeno, com a pasta das Finanças, e João Soares, que assume a Cultura, assim como dos secretários de Estado da Defesa, Marcos Perestrello, e da Modernização Administrativa, Graça Fonseca. Ana Sofia Antunes, a nova secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, que seria o primeiro nome na lista dos candidatos não eleitos em outubro, é também substituída.

PORTO

Joana Lima, Fernando Jesus e Carla Magalhães Sousa

Substituem Ana Paula Vitriño, ministra do Mar, e também o secretário de Estado das Comunidades, José Luís Carneiro, e a secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, Isabel Oneto. A ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa, a primeira

candidata não eleita, é também substituída.

SETÚBAL

Ivan Gonçalves, Ana Sofia Araújo e André Pinotes Batista

Substituem o ministro Adjunto, Eduardo Cabrita, a secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino, e o secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, Ricardo Mourinho.

AVEIRO

Carla Tavares e António Cardoso

Substituem o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Pedro Nuno Santos, e o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Fernando Rocha Andrade.

BRAGA

Palmira Costa

Substitui Manuel Caldeira Cabral, ministro da Economia.

BRAGANÇA

Júlia Sequeira Rodrigues
Substitui o secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes.

ÉVORA

Norberto Patinho

Substitui Luís Capoulas Santos, ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

FARO

Ana Silva Passos

Substitui o secretário de Estado das Pescas, José Apolinário.

LEIRIA

Odete João

Substitui a secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Margarida Marques.

SANTARÉM

Hugo Costa

Substitui José António Vieira da Silva, ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança social.

VIANA DO CASTELO

Sandra Pontedeira

Substitui Tiago Brandão Rodrigues, ministro da Educação.

VISEU

Marisabel Rocha Moutela

Substitui Maria Manuel Leitão Marques, ministra da Presidência e da Modernização Administrativa. ■



JORGE FERREIRA

PROGRAMA DO GOVERNO APROVADO E ENTREGUE NA AR

O programa do XXI Governo Constitucional foi entregue no dia 27 de novembro no Parlamento, depois de aprovado em reunião do Conselho de Ministros. O Executivo liderado por António Costa apresenta assim, em tempo recorde, menos de 24 horas depois de tomar posse, o documento programático para a governação do país.

"ESTE PROGRAMA de Governo marca o início de um novo ciclo da governação em Portugal, sendo um instrumento fundamental, que é coerente e que rompe com as políticas de austeridade e de empobrecimento coletivo dos últimos anos. Este documento traduz uma estratégia de maior crescimento, de melhor emprego e mais igualdade", afirmou o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Pedro Nuno Santos, após a entrega formal do documento ao presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues. O secretário de Estado acrescentou ainda que o programa do Executivo socialista "permite às famílias e às empresas portuguesas projetarem mais confiança e esperança no futuro". Entretanto, a primeira reunião do Conselho de Ministros do novo Executivo socialista, rea-



JORGE FERREIRA

lizada no dia 27 de novembro, teve como ponto único da ordem de trabalhos a aprovação do programa do XXI Governo Constitucional, que estará em debate na Assembleia da República, nos dias 2 e 3 de dezembro. O programa de Governo entregue no Parlamento traduz o texto aprovado na reunião da Comissão Nacional do PS do passado dia 7 de novembro, incorporando medidas negocia-

das no âmbito dos acordos celebrados pelo PS com o Bloco de Esquerda, PCP e PEV, integrando também, na sua versão final, "várias medidas sugeridas pelo PAN", como explicitou o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares. ■

Conheça na íntegra o Programa do XXI Governo Constitucional na edição de dia 27 de novembro do AS Digital Diário)



“ No dia 26 de novembro, tomou posse [...] um governo formado por pessoas bem preparadas técnica e politicamente, com um programa de ação conhecido dos portugueses, defensor de serviços públicos de qualidade, promotor da igualdade e da não discriminação, um governo de esperança.

O inesperado aconteceu. Quarenta anos depois da instauração do regime democrático, a esquerda uniu-se para dar corpo a uma alternativa de governo capaz de virar a página de quatro anos e meio de empobrecimento do país. Ao conseguir o improvável, António Costa já conquistou um lugar na história da democracia portuguesa.

Cavaco Silva que, antes das eleições, se gabava de ter todos os cenários estudados, no dia seguinte, certamente para digerir os resultados e refletir sobre o novo quadro parlamentar, faltou às comemorações da implantação da República. Ele, o presidente da República. E atrasou, complicou, protelou, arrastou a situação para além do tolerável. Finalmente, ao 53º dia, visivelmente contrariado e transbordando ran-cor nas palavras e nos gestos, rendeu-se à inevitabilidade de dar posse ao XXI Governo Constitucional.

No dia 26 de novembro, tomou posse um governo socialista, legitimado por uma maioria parlamentar de deputados eleitos pelo PS, BE, PCP e PEV. Um governo formado por pessoas bem preparadas técnica e politicamente, com um programa de ação conhecido dos portugueses, defensor de serviços públicos de qualidade, promotor da igualdade e da não discriminação, um governo de esperança. Um governo respeitador dos tratados europeus e dos compromissos internacionais de Portugal. Para que não restem dúvidas, isso mesmo foi reafirmado pelo chefe do Governo na sua primeira participação no Conselho Europeu, "a União Europeia é uma aposta estratégica dos governos portugueses, desde que, em 1976, o Dr. Mário Soares apresentou o pedido de adesão de Portugal".

Em tempo de incertezas e de enormes desafios a nível interno e externo, a via que o governo vai trilhar é estreita e com escolhos de vária ordem. Conhecer o rumo, ter uma estratégia, dispor de uma boa equipa e estar consciente das dificuldades, é meio caminho andado para o êxito. Se somarmos a tudo isto as qualidades pessoais e políticas do primeiro-ministro, o seu prestígio internacional e o incondicional apoio da segunda maior família política europeia, podemos antecipar que é possível influenciar a política europeia e conciliar as "prioridades da governação com os projetos de vida dos portugueses que têm o direito a serem felizes", nas palavras de António Costa.

O "direito à felicidade" é um objetivo global que incorpora todos os direitos humanos constitucionalmente consagrados e que, em linguagem concreta, corresponde ao "direito a uma vida digna". Trata-se de uma nova perspetiva de encarar o papel do Estado, que deve inspirar e mobilizar governantes e governados. Como dizia Fernando Pessoa, "ser feliz é deixar de ser vítima dos problemas e tornar-se um autor da própria história". ■

XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL

ESTE É UM TEMPO NOVO PARA PORTUGAL

António Costa afirmou no dia 26 de novembro, no discurso de tomada de posse como primeiro-ministro do XXI Governo Constitucional, que o seu Governo irá pautar-se pela moderação, no “programa e na atitude”, defendendo ser agora um tempo novo para a vida das famílias, dos trabalhadores e das empresas, mas também um tempo novo para a economia e para o emprego.



JORGE FERREIRA

NA SUA intervenção, o recém-empossado primeiro-ministro fez ainda questão de salientar que o novo Executivo por si liderado quer ser também um tempo novo para o Estado e para os serviços públicos, para o combate à pobreza e às desigualdades, para a Ciência, Educação e Cultura, um tempo novo “que assinale de uma vez por todas” o reencontro das “prioridades da governação com os projetos de vida dos portugueses que têm o direito a serem felizes”. Assumindo-se como um líder de um Governo “que dá garantias”, não só pelo respeito pela Constituição mas também pela “continuidade e assunção” dos compromissos internacionais de Portugal, quer no quadro da

União Europeia, quer na CPLP, quer no âmbito da NATO, António Costa fez questão de sublinhar que lidera um Governo que “não é temeroso do futuro, angustiado com o peso das suas competências ou preso de movimentos ante a dimensão das suas tarefas”. Depois de manifestar confiança no diálogo institucional, assumiu que o Governo será “coerente, estável e duradouro” no respeito pelo sentido “claro da votação popular” e coeso na orientação de mudança das políticas, dando prioridade ao crescimento económico, à criação de emprego, à redução das desigualdades de forma a permitir, como salientou, “bases mais sólidas e sustentáveis na consoli-

dação orçamental e no equilíbrio das contas públicas”.

Governo responde perante o Parlamento

Afirmando não ignorar as dificuldades e restrições com que o Governo se vai deparar e que não deixarão de “limitar a sua ação”, num tempo que “todos sabemos ser de muitas incertezas e de enormes desafios”, o primeiro-ministro lembrou que lidera um Executivo que está confiante na solidariedade da maioria parlamentar que lhe dá “inteira legitimidade” e apenas a quem reconhece autoridade para o avaliar, sustentando que o Governo provém do Parlamento, sendo portanto “perante a Assembleia da República que respon-

de politicamente”.

Na sua intervenção, o novo primeiro-ministro fez ainda questão de recordar que o resultado das últimas eleições legislativas não proporcionou qualquer maioria absoluta, apontando as negociações que permitiram os acordos entre o PS e BE, PCP e PEV como a prova de que a “democracia é bem capaz de gerar alternativas”, tendo deste modo evitado que a democracia portuguesa voltasse a ficar “demasiado tempo refém de exclusões de facto que limitam o leque de soluções políticas possíveis”. ■

Oiça o discurso da tomada de posse do primeiro-ministro na edição 169 do AS Digital

CARLOS CÉSAR REAFIRMA

O NOSSO COMPROMISSO É COM OS PORTUGUESES

A “boa relação com o Presidente da República não totaliza a estabilidade política e conjugação de esforços que é necessária”, afirmou Carlos César, no final da cerimónia de tomada de posse do XXI Governo Constitucional, ocasião em que deixou claro que o compromisso dos socialistas é, “em primeiro lugar, com os portugueses”.

O LÍDER da bancada parlamentar socialista adiantou que “a relação com o Presidente da República é muito importante e faz parte da construção institucional que o PS deseja”. Mas “nós temos necessidade de concentrar muito do nosso tempo nos problemas do país e não perder tempo nos conflitos

institucionais que são inúteis”, afirmou o também presidente do PS, para quem a relação com o chefe de Estado “não totaliza este conceito de estabilidade, nem se prende com a durabilidade que tudo isto deve ter”. “A nossa relação é essencialmente com o Parlamento, com a maioria que se conjugou e

que construiu esta alternativa, com os portugueses em geral, com as instituições, com os parceiros sociais, com a concertação social e com as instâncias internacionais com as quais temos acordos”, esclareceu, vincando que o BE, PCP e Verdes “são essenciais” para este “novo país”.

E manifestou disponibilidade para o “diálogo construtivo com todas as forças políticas” na Assembleia da República, nomeadamente com os partidos da coligação de direita. “Se o PSD e o CDS-PP estiverem dispostos a isso, serão certamente parceiros de toda a esquerda”, sublinhou. ■



JORGE FERREIRA

ENTUSIASMO E CONFIANÇA PARA UM DÉSAFIO EXIGENTE

O XXI Governo Constitucional, liderado por António Costa, tomou posse no dia 26 de novembro, numa cerimónia solene presidida pelo chefe de Estado.

À saída do Palácio da Ajuda, em Lisboa, alguns dos novos ministros fizeram declarações no sentido de reafirmar a confiança na alternativa proposta pelo Partido Socialista e apoiada pela esquerda, no Parlamento, abrindo um novo ciclo para Portugal.

A ministra do Mar, Ana Paula Victorino, disse que o Governo empossado sabe “exatamente” o que tem que fazer para “melhorar a vida dos portugueses e promover o desenvolvimento económico”. Acrescentando que “temos toda a legitimidade e temos toda a força para implementar o nosso programa”.

Antes, o ministro da Cultura, João Soares, deixou testemunho de que este “é o momento” para se congratular com a solução governativa encontrada, “que respeita a Constituição e que assegura um Governo democrático, com estabilidade política, para quatro anos, em Portugal”.

Já Manuel Caldeira Cabral, novo ministro da Economia, considerou que “o importante é o novo Governo trabalhar para o país com confiança, com moderação e para mudar a situação”, sendo nisso que estão todos empenhados.

O recém-empossado ministro Capoulas Santos assegurou que a sua preocupação é centrar-se “na temática da Agricultura e dar o melhor para resolver os problemas que temos e melhorar as nossas melhores potencialidades”.

Por sua vez, Eduardo Cabrita, ministro-adjunto, manifestou muito boas expectativas de “corresponder aos ensejos dos portugueses, a um novo tempo e um novo ciclo” político em Portugal. “O desafio é enorme e tem de ser encarado com muita responsabilidade”, afirmou ainda, à saída da cerimónia, Manuel Heitor, que assume a pasta da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, manifestando a sua convicção de que a ciência voltará a estar “no centro das prioridades do novo Governo”. ■

ELENCO DO XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL

António Costa é o chefe do XXI Governo Constitucional que tem 17 ministros e 41 secretários de Estado. Um Governo que abre um novo ciclo político em Portugal e que conta com apoio maioritário no Parlamento, na sequência dos acordos firmados com o Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português e Partido Ecologista Os Verdes. O "Acção Socialista" dá-lhe a conhecer as biografias dos ministros do Governo do PS.



JORGE FERREIRA

PRIMEIRO-MINISTRO ANTÓNIO COSTA

Nasceu em Lisboa, em 1961. É licenciado em Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa e pós-graduado em Estudos Europeus pela Universidade Católica de Lisboa. É advogado. Membro da Assembleia Municipal de Lisboa – 1982/1993. Deputado à Assembleia da República – 1991/2004. Vereador na Câmara Municipal de Loures – 1993/1995. Foi secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares do XIII Governo Constitucional 1995/1997 e ministro dos Assuntos Parlamentares, entre Novembro de 1997 e Outubro de 1999. Ministro da Justiça – Outubro de 1999 a Abril de 2002. Presidente do Grupo Parlamentar do PS de Abril de 2002 a Março de 2004. Foi deputado ao Parlamento Europeu de Junho de 2004 a Março de 2005 e vice-presidente do Parlamento Europeu. Foi ministro de Estado e da Administração Interna no XVII Governo Constitucional de Março de 2005 a Maio de 2007. Foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa desde 1 de Agosto de 2007 a 6 de Abril de 2015. Foi membro do Comité das Regiões entre 2010 e 2015. Foi presidente do Conselho da Área Metropolitana de Lisboa de 4 Novembro de 2013 a 6 de Abril de 2015. Secretário-geral do Partido Socialista desde 22 de Novembro de 2014.

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS AUGUSTO SANTOS SILVA

Nasceu no Porto, em 1956. Doutoramento em Sociologia pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (1992). Professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Membro do XVIII Governo Constitucional, como ministro da Defesa Nacional (2009-2011). Membro do XVII Governo Constitucional, como ministro dos Assuntos Parlamentares (2005-2009). Deputado à Assembleia da República, pelo círculo eleitoral do Porto (em efetividade de funções entre 2002 e 2005 e em 2011, com funções suspensas por participação no Governo entre 2005 e 2011). Membro do XIV Governo Constitucional, primeiro como secretário de Estado da Administração Educativa (1999-2000), depois como ministro da Educação (2000-2001) e como ministro da Cultura (2001-2002). Pró-reitor da Universidade do Porto (1998-1999). Presidente do conselho científico da Faculdade de Economia do Porto (1998-1999).

MINISTRA DA PRESIDÊNCIA E DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

MARIA MANUEL LEITÃO MARQUES

Nasceu em Quelimane, Moçambique, em 1952. É licenciada em Direito, doutora e agregada em Economia. É professora catedrática da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (desde 2003) e investigadora permanente do Cen-

tro de Estudos Sociais da mesma faculdade (desde 1979). É deputada à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Viseu. Foi secretária de Estado da Modernização Administrativa dos XVIII e XVII Governos Constitucionais. É a responsável pela implementação do programa Simplex, que criou melhores condições de acesso dos cidadãos aos serviços do Estado. E ainda uma maior eficácia da Administração Pública. É vice-presidente da Association Internationale de Droit Économique, desde 1993.

MINISTRO DAS FINANÇAS MÁRIO CENTENO

Nasceu em Olhão, em 1966. É doutorado em Economia na Harvard University, E.U.A., 1995-2000, mestre em Economia na Harvard University, E.U.A., 1998, Mestre em Matemática Aplicada no ISEG-UTL, 1993 e licenciado em Economia pelo ISEG-UTL, 1990. Deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Lisboa. É consultor da Administração do Banco de Portugal, desde 2014. É Professor Catedrático do ISEG, Universidade de Lisboa. Foi coordenador do cenário macroeconómico do PS, que serviu de base ao programa eleitoral socialista.

MINISTRO DA DEFESA NACIONAL JOSÉ ALBERTO AZEREDO LOPES

Nasceu no Porto, em 1961. É professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, onde concluiu a licenciatura, o mestrado e o doutoramento. Diplomado pelo Institut Européen des Hautes Études Internationales e Auditor da Hague Academy of International Law. Na área da docência, é ainda professor convidado da Blanquerna Comunicació, Universitat Ramon Llull, Barcelona. É cronista do JN e comentador da RTP2 para questões internacionais. Chefe do Gabinete do presidente da Câmara Municipal do Porto desde 2013.

MINISTRA DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA CONSTANÇA URBANO DE SOUSA

Nasceu em Coimbra, em 1967. É, desde 1997, doutorada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Sarreland, Alemanha. É pós-graduada em Direito Europeu pelo Instituto de Estudos Europeus da Universidade do Sarre (1994) e licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1991). Desde 1998, é professora associada da Universidade Autónoma de Lisboa e do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Desde 2012, é Diretora do Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa e coordenadora do doutoramento em Direito. Desde 2000, é Professora Curso de Direito Europeu de Asilo e

Imigração da Universidade Livre de Bruxelas. Foi assessora do ministro de Estado e da Administração Interna, no XVII Governo Constitucional (2005-2006) e do ministro da Administração Interna, no XIV Governo Constitucional (2000-2002), tendo sido representante do ministro da Administração Interna no Grupo de Trabalho encarregado da elaboração do Código Deontológico do Serviço Policial (2000).

MINISTRA DA JUSTIÇA FRANCISCA VAN DUNEM

Nasceu em Luanda, em 1955. É Licenciada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em julho de 1977. Procuradora-Geral Adjunta. É magistrada do Ministério Público desde setembro de 1979. Foi monitora de Direito Penal e Direito Processual Penal na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre 1977 e 1979. Foi assessora de sindicância e inquérito na Alta Autoridade contra a Corrupção, entre 1985 e 1987, em comissão de serviço. Delegada do Procurador da República no Tribunal do Trabalho, no Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa e no Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa. Integrou o Gabinete do Procurador-Geral da República entre 1999 e 2001. Foi diretora do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa entre 2001 e 2007. Procuradora-Geral Distrital de Lisboa, desde Fevereiro de 2007.

MINISTRO-ADJUNTO EDUARDO CABRITA

Nasceu no Barreiro, em 1961. Licenciado em Direito, menção de Ciências Jurídico-Económicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – (1979-84) e teve aprovação na 1ª Fase do 1º Programa de Doutoramento da Faculdade de Direito da Universidade Nova Lisboa. Foi docente nas disciplinas de Finanças Públicas e de Direito Fiscal na Faculdade de Direito de Lisboa, desde 1982 a 1988, tendo sido membro do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito de Lisboa em 1984-85. Foi secretário de Estado adjunto do ministro da Justiça no XIV Governo Constitucional, entre 1999 e 2002. Foi presidente da Assembleia Municipal do Barreiro entre 2002 e 2006. Foi deputado à Assembleia da República na IX Legislatura, entre 2002 e 2005 e, novamente, desde 2009, tendo presidido à Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública entre 2011 e 2015. Foi secretário de Estado Adjunto e da Administração Local no XVII Governo Constitucional, entre 2005 e 2009.

MINISTRO DA CULTURA JOÃO SOARES

Nasceu em Lisboa, em 1949. É licenciado em Direito e Editor. Fundou a editora "Perspectivas e Realidades" que editou entre outros George Orwell, Mário Cesariny, Raul Brandão, João Aguiar e Manuel Lucena.

Deputado à Assembleia da República entre 1987 e 1990 e, de novo, desde 2002. Vereador responsável pela Cultura, na Câmara Municipal de Lisboa, na equipa liderada por Jorge Sampaio. Presidente da Câmara de Lisboa entre 1995 e 2002. Presidente da UCCLA de 1996 a 2002. Membro do Conselho de Estado de 1998 a 2002.

Membro do Parlamento Europeu (PE) em 1994 e 1995, questor e membro do Bureau do PE. Vice-presidente e depois presidente da Assembleia Parlamentar da OSCE (julho de 2008 a julho de 2010). Membro do Conselho Superior de Defesa Nacional, desde agosto de 2011. Membro do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa desde março de 2013.

MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

MANUEL HEITOR

Nasceu em Lisboa, em 1958. É doutorado pelo Imperial College de Londres, na área de Engenharia Mecânica (Combustão Experimental), 1985, tendo feito um pós-doutoramento na Universidade da Califórnia em San Diego, 1986. Prosseguiu posteriormente uma carreira académica no Instituto Superior Técnico em Lisboa, onde começou por desenvolver a sua atividade de investigação na área de Mecânica de Fluidos e Combustão Experimental.

Foi secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior dos XVII e XVIII Governos Constitucionais, entre Março de 2005 e Junho de 2011.

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

TIAGO BRANDÃO RODRIGUES

Nasceu em Braga, em 1977. Em 2000, concluiu a licenciatura em Bioquímica pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Nos anos seguintes, realizou investigação científica da Universidade de Dallas e no Instituto de Investigações Biomédicas do Conselho Superior de Investigações Científicas, em Madrid, trabalho que conduziu ao seu Doutoramento em Bioquímica, especialidade de Biofísica Molecular, pela Universidade de Coimbra. Durante este período, dedicou-se ao estudo do metabolismo cerebral em doenças neurodegenerativas, tendo a sua tese sido galaroadada com o Prémio António Xavier, em 2008.

A partir de 2010, foi investigador na área da oncologia no "Cancer Research UK" da Universidade de Cambridge, estando igualmente associado ao Corpus Christi College. Foi eleito deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo.

MINISTRO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

JOSÉ ANTÓNIO VIEIRA DA SILVA

Nasceu na Marinha Grande, em 1953. É licenciado em Economia, pelo Instituto Superior de Economia. É, desde 2011, Professor Convidado do Instituto Universitário de Lisboa IUL – ISCTE.

É, desde 2011, deputado à Assembleia da República, tendo sido entre 2011 e 2015 Presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento do Programa de Assistência Financeira a Portugal. Foi ministro da Economia, Inovação e Desenvolvimento no XVIII Governo Constitucional, entre 2009 e 2011. Foi ministro do Trabalho e Solidariedade Social no XVII Governo Constitucional, entre 2005 e 2009. Foi deputado à Assembleia da República entre 2002 e 2005, tendo sido presidente da Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social entre 2004 e 2005. Foi secretário de Estado da Segurança Social, entre 1999 e 2001, e secretário de Estado das Obras Públicas, entre 2001 e 2002, no XIV Governo Constitucional. Foi adjunto do ministro da Solidariedade e Segurança Social (1995), diretor-geral do departamento de Estatística, Estudos e Planeamento do Ministério da Solidariedade e Segurança Social (1996-1997) e diretor-geral do Departamento de Estudos, Prospetiva e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade. (1997-1999)

MINISTRO DA SAÚDE

ADALBERTO CAMPOS FERNANDES

Nasceu em Lisboa, em 1958. É doutorado em Administração da Saúde pela Universidade de Lisboa, Mestre em

Saúde Pública, Administração dos Serviços de Saúde pela Universidade Nova de Lisboa e licenciado em Medicina pela Universidade de Lisboa.

Especialista em Saúde Pública detentor das Competências em Gestão de Serviços de Saúde e em Medicina Farmacêutica pela Ordem dos Médicos. Pós-graduado em Gestão de Unidades de Saúde pela Universidade Católica Portuguesa e em Alta Direção de Instituições de Saúde pela Escola de Direção e Negócios (AESE). É professor da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa.

MINISTRO DO PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

PEDRO MARQUES

Nasceu em Lisboa, em 1976. É licenciado em Economia (1997) e mestre em Economia Internacional (2001)

Foi deputado à Assembleia da República, vice-presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na XII Legislatura, de Junho de 2011 a Outubro 2014. Foi secretário de Estado da Segurança Social, entre Março de 2005 e Junho de 2011, nos XVII e XVIII Governos Constitucionais. Foi vereador da Câmara Municipal de Montijo, de Janeiro de 2002 a Fevereiro de 2005. Foi assessor do ministro do Trabalho e da Solidariedade e secretário de Estado da Segurança Social (XIV Governo Constitucional, entre Janeiro de 2001 e Março de 2002).

MINISTRO DA ECONOMIA

MANUEL CALDEIRA CABRAL

Nasceu em Lisboa, em 1968. É professor de Economia da Universidade do Minho, desde 2004. Trabalhou como investigador em tempo integral no departamento de Economia da Universidade de Nottingham, como estudante de doutoramento, com uma bolsa de doutoramento Praxis XXI. Foi assistente do departamento de Economia da Universidade do Minho, até concluir o doutoramento.

É deputado à Assembleia da República eleito pelo círculo eleitoral de Braga e foi representante do Partido Socialista na negociação do Quadro Comunitário de Apoio 2020 (2013-2014).

Foi assessor económico do ministro de Estado e das Finanças do XVIII Governo português, entre 2009 e 2011 e assessor económico do ministro da Economia e Inovação do XVII Governo Constitucional (em 2009). Foi membro do Conselho para a Promoção da Internacionalização (2010 e 2011) e da rede coordenadora da estratégia Europa 2020 (2010 e 2011).

MINISTRO DO AMBIENTE

JOÃO PEDRO MATOS FERNANDES

Nasceu em Águeda, em 1967. Licenciou-se em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto em 1991 (opção de Planeamento Territorial) e concluiu o mestrado em Transportes no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, em 1995.

Entre 1990 e 1995 trabalhou na Comissão de Coordenação da Região Norte (Ordenamento do Território), tendo sido o coordenador do setor dos transportes. Foi adjunto do secretário de Estado dos Recursos Naturais do Governo da República Portuguesa entre 1995 e 1997 e chefe de gabinete do secretário de Estado Adjunto da ministra do Ambiente do Governo da República Portuguesa entre 1997 e 1999.

Desde janeiro de 2014 é presidente do Conselho de Administração da Águas do Porto, EM.

MINISTRO DA AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

LUÍS CAPOULAS SANTOS

Nasceu em Montemor-o-Novo, em 1951. É licenciado em Sociologia pela Universidade de Évora.

Foi deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Évora, de 1991 a 1995, de 2002 a 2004 e reeleito em 2015. Foi secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, de 1995 a 1998 e ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, de 1998 a 2002. Foi deputado ao Parlamento Europeu, entre 2004 e 2014. Foi porta-voz para os As-

suntos Agrícolas do Grupo dos Socialistas e Democratas Europeus. Foi vice-presidente da EUROLAT (Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana). Foi relator do PE para as Reformas da Política Agrícola Comum (PAC), de 2008 e de 2013.

Grã-Cruz da Ordem do Mérito, Agrícola, Comercial e Industrial, classe do Mérito Agrícola, da República Portuguesa, 2006. Comendador da Ordem do Mérito Agrícola, da República Francesa, 2008.

MINISTRA DO MAR

ANA PAULA VITORINO

Nasceu em Maputo, Moçambique, em 1962. É licenciada em Engenharia Civil, ramo de Urbanização e Transportes, Instituto Superior Técnico (IST), 1986. Tem um curso de Especialização em "Organização e Gestão de Empresas de Transportes", IST, 1987. É mestre em Transportes, IST, 1992.

É professora assistente do Instituto Superior Técnico, da Secção de Urbanismo, Transportes, Vias e Sistemas do Departamento de Engenharia Civil, Arquitetura e Georrecursos, desde 1989-90. Investigadora no CESUR – Centro de Sistemas Urbanos e Regionais onde participou em vários trabalhos de investigação e inovação nas áreas do planeamento estratégico e operacional e de gestão aplicáveis aos transportes, UL – IST, desde 1989. Foi secretária de Estado dos Transportes no XVII Governo Constitucional, 2005-2009. Foi chefe do gabinete do secretário de Estado dos Transportes do XIII Governo Constitucional, 1995-1999. Deputada à Assembleia da República desde 2009.

SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

PEDRO NUNO SANTOS

Nasceu em São João da Madeira, em 1977. É licenciado em Economia pelo ISEG-UTL.

É atualmente vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS. Deputado à Assembleia da República nas X e XII legislaturas, na última legislatura foi responsável pela Comissão de Economia e pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BES. É presidente da Federação de Aveiro do PS. Foi secretário-geral da JS entre 2004 e 2008.

Foi presidente da Assembleia de Freguesia de S. João da Madeira, membro da direção da Associação de Estudantes do ISEG, membro do Senado da Universidade Técnica de Lisboa, presidente da Mesa da RGA do ISEG e economista no grupo empresarial TECMACAL, SA.

SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA DO PRIMEIRO-MINISTRO

MARIANA VIEIRA DA SILVA

Nasceu em Lisboa, em 1978. É licenciada em Sociologia, pelo ISCTE-IUL. Concluiu a parte curricular do doutoramento em Políticas Públicas, no ISCTE, a terminar uma dissertação sobre políticas de saúde e de educação em Portugal.

É atualmente investigadora no CIES-IUL. É bolsreira da Fundação para a Ciência e Tecnologia desde Março de 2012.

Foi assessora da ministra da Educação, entre 2005 e 2009. Foi adjunta do secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, entre 2009 e 2011.

SECRETÁRIO DE ESTADO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

MIGUEL PRATA ROQUE

Nasceu em Lisboa, em 1978. É licenciado, mestre e doutor em Direito, pela Faculdade de Direito de Lisboa. É professor auxiliar na Faculdade de Direito de Lisboa desde 2014.

É investigador do Centro de Investigação de Direito Público e associado do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP), do Instituto Europeu, do Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais (IDPCC) e membro da «European Public Law Organization» (EPL). É coordenador do OPAP – Observatório Permanente da Administração Pública. ■

SECRETÁRIOS DE ESTADO TOMARAM POSSE

São 41 os secretários de Estado do XXI Governo Constitucional, que juntamente com os ministros tomaram posse no dia 26 de novembro no Palácio de Belém. Competência, rigor e ambição são os traços comuns dos novos secretários de Estado.

SE DOS ASSUNTOS EUROPEUS

Margarida Marques

SE DOS NEGÓCIOS

ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO

Teresa Ribeiro

SE DAS COMUNIDADES

José Luís Carneiro

SE DA INTERNACIONALIZAÇÃO

Jorge Oliveira

SE DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Graça Fonseca

SE ADJUNTO, DO TESOURO E DAS FINANÇAS

Ricardo Mourinho Félix

SE DOS ASSUNTOS FISCAIS

Fernando Rocha Andrade

SE DO ORÇAMENTO

João Leão

SE DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO

PÚBLICO

Carolina Ferra

SE DA DEFESA

Marcos Perestrello

SE ADJUNTA E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Isabel Oneto

SE DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Jorge Gomes

SE ADJUNTA E DA JUSTIÇA

Helena Mesquita Ribeiro

SE DA JUSTIÇA

Anabela Pedrosa

SE DAS AUTARQUIAS LOCAIS

Carlos Miguel

SE PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Catarina Marcelino

SE DA CULTURA

Isabel Botelho Leal

SE DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO

SUPERIOR

Maria Fernanda Rollo

SE ADJUNTA E DA EDUCAÇÃO

Alexandra Leitão

SE DA EDUCAÇÃO

João Costa

SE DA JUVENTUDE E DO DESPORTO

João Wengorovius Meneses

SE DO EMPREGO

Miguel Cabrita

SE DA SEGURANÇA SOCIAL

Cláudia Joaquim

SE DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM

DEFICIÊNCIA

Ana Sofia Antunes

SE ADJUNTO DA SAÚDE

Fernando Araújo

SE DA SAÚDE

Manuel Delgado

SE DO DESENVOLVIMENTO E COESÃO

Nelson de Souza

SE DAS INFRAESTRUTURAS

Guilherme W. d'Oliveira Martins

SE ADJUNTO E DO COMÉRCIO

Paulo Ferreira

SE DA INDÚSTRIA

João Vasconcelos

SE DO TURISMO

Ana Mendes Godinho

SE DA ENERGIA

Jorge Seguro

SE ADJUNTO E DO AMBIENTE

José Mendes

SE DO AMBIENTE

Carlos Martins

SE DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DA

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Célia Ramos

SE DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

Luís Medeiros Vieira

SE DAS FLORESTAS E DO DESENVOLVIMENTO

RURAL

Amândio Torres

SE DAS PESCAS

José Apolinário ■

**NÃO LHES
PERDOO!**

**FRANCISCO SEIXAS
DA COSTA**



Acaba hoje aquela que constitui a mais penosa experiência política a que me foi dado assistir na minha vida adulta em democracia. Salvaguardadas as exceções que sempre existem, quero dizer que nunca me senti tão distante de uma governação como daquela que este país sofreu desde 2011.

Não duvido que alguns dos governantes que hoje transitam para o passado tentaram fazer o seu melhor ao longo destes cerca de quatro anos e meio. Em alguns deles detetei mesmo competência técnica e profissional, fidelidade a uma linha de orientação que consideraram ser a melhor para o país que lhes calhou governarem. Mas há coisas que, na globalidade do governo a que pertenceram, nunca lhes perdoarei.

Desde logo, a mentira, a descarada mentira com que conquistaram os votos crédulos dos portugueses em 2011, para, poucas semanas depois, virem a pôr em prática uma governação em que viriam a fazer precisamente o contrário daquilo que haviam prometido. As palavras fortes existem para serem usadas e a isso chama-se desonestidade política.

Depois, a insensibilidade social. Assistimos no governo que agora se vai, sempre com cobertura ao nível mais elevado, a uma obscena política de agravamento das clivagens sociais, destruidora do tecido de solidariedade que faz parte da nossa matriz como país, como que insultando e tratando com desprezo as pessoas idosas e mais frágeis, desenvolvendo uma doutrina que teve o seu expoente na frase de um anormal que jocosamente falou, sem reação de ninguém com responsabilidade, de "peste grisalha". Vimos surgir, escudado na cumplicidade objetiva do primeiro-ministro, um discurso "jeunista" que chegou mesmo a procurar filosofar sobre a legitimidade da quebra da solidariedade inter-geracional.

Um dia, ouvi da boca de um dos "golden boys" desta governação, a enormidade de assumir que considerava "legítimo" que os reformados e pensionistas fossem os mais sacrificados nos cortes, pela fatia que isso representava nas despesas do Estado mas, igualmente, pela circunstância da sua capacidade reivindicativa de reação ser muito menor dos que os trabalhadores no ativo", o que suscitava menos problemas políticos na execução das medidas. Essa personagem foi ao ponto de sugerir a necessidade de medidas que estimulassem, presumo que de forma não constrangente, o regresso dos velhos reformados e pensionistas, residentes nas grandes cidades, "à província de onde tinham saído", onde uma vida mais barata poderia ser mais compatível com a redução dos seus meios de subsistência.

Fui testemunha de atos de desprezo por interesses económicos geoestratégicos do país, pela assunção, por mera opção ideológica, por sectarismo político nunca antes visto, de um dismantelar do papel do Estado na economia, que chegou a limites quase criminosos. Assisti a um governante, que hoje sai do poder feito ministro, dizer um dia, com ar orgulhosamente convicto, perante investidores estrangeiros, que "depois deste processo de privatizações, o Estado não ficará na sua posse com nada que dê lucro".

Ouvi da boca de outro alto responsável, a propósito do processo de privatizações, que "o encaixe de capital está longe de ser a nossa principal preocupação. O que queremos mostrar com a aceleração desse processo, bem como com o fim das "golden shares" e pela anulação de todos os mecanismos de intervenção e controlo do Estado na economia, é que Portugal passa a ser a sociedade mais liberal da Europa, onde o investimento encontra um terreno sem o menor obstáculo, com a menor regulação possível, ao nível dos países mais "business-friendly" do mundo".

Assisti a isto e a muito mais. Fui testemunha do desprezo profundo com que a nossa Administração Pública foi tratada, pela fabricação artificial da clivagem público-privado, fruto da acaparação da máquina do Estado por um grupo organizado que verdadeiramente o odiava, que o tentou destruir, que arruinou serviços públicos, procurando que o cidadão-utente, ao corporizar o seu mal-estar na entidade Estado, acabasse por se sentir solidário com as próprias políticas que aviltavam a máquina pública.

No Ministério dos Negócios Estrangeiros, fui testemunha de uma operação de dismantelamento criterioso das estruturas que serviam os cidadãos expatriados e garantiam a capacidade mínima para dar a Portugal meios para sustentar a sua projeção e a possibilidade da máquina diplomática e consular defender os interesses nacionais na ordem externa. Assisti ao encerramento cego de estruturas consulares e diplomáticas (e à alegre reversão de algumas destas medidas, quando conveio), à retirada de meios financeiros e humanos um pouco por todo o lado, à delapidação de património adquirido com esforço pelo país durante décadas, cuja alienação se fez com uma irresponsável leveza de decisão.

Nunca lhes perdoarei o que fizeram a este país ao longo dos últimos anos. E, muito em especial, não esquecerei que a atuação dessas pessoas, à frente de um Estado que tinham por jurado inimigo e no seio do qual foram uma assumida "quinta coluna", conseguiu criar em mim, pela primeira vez em mais de quatro décadas de dedicação ao serviço público - em que cultivei um orgulho de ser servidor do Estado, que aprendi com os exemplos do meu avô e do meu pai -, um sentimento de desgostosa dessolidarização com o Estado que lhes coube titular durante este triste quadriénio.

Por essa razão, neste dia em que, com imensa alegria, os vejo partir, não podia calar este meu sentimento profundo. Há dúvidas quanto ao futuro que aí vem? Pode haver, mas todas as dúvidas serão sempre mais promissoras que este passado recente que nos fizeram atravessar. Fosse eu católico e dir-lhes-ia: vão com deus. Como não sou, deixo-lhe apenas o meu silêncio. ■

AUGUSTO
MINISTRO DO

MIGUEL PRATA ROQUE
SECRETÁRIO DE ESTADO DA PRESIDÊNCIA
DO CONSELHO DE MINISTROS



MARIANA VIEIRA DA SILVA
SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA
DO PRIMEIRO-MINISTRO



PEDRO NUNO SANTOS
SECRETÁRIO DE ESTADO
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES



ANTÓNIO
PRIMEIRO-MINISTRO

ANA PAULA VITORINO
MINISTRA DO MAR



LUÍS CAPOULAS SANTOS
MINISTRO DA AGRICULTURA,
FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO
RURAL



JOÃO PEDRO MATOS FERNANDES
MINISTRO DO AMBIENTE



MANUEL CALDEIRA CABRAL
MINISTRO DA ECONOMIA



XXI GOVERNO
CONSTITUENTE

PEDRO MARQUES
MINISTRO DO PLANEAMENTO
E DAS INFRAESTRUTURAS



ADALBERTO CAMPOS FERNANDES
MINISTRO DA SAÚDE



JOSÉ ANTÓNIO
MINISTRO DO TRABALHO,
E SEGURANÇA SOCIAL

ANTÓNIO SANTOS SILVA
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



MARIA MANUEL LEITÃO MARQUES
MINISTRA DA PRESIDÊNCIA E DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



MÁRIO CENTENO
MINISTRO DAS FINANÇAS



JOSÉ ALBERTO AZEREDO LOPES
MINISTRO DA DEFESA NACIONAL



ANTÓNIO COSTA
PRIMEIRO-MINISTRO



CONSTANÇA URBANO DE SOUSA
MINISTRA DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



FRANCISCA VAN DUNEM
MINISTRA DA JUSTIÇA



EDUARDO CABRITA
MINISTRO-ADJUNTO



GOVERNO CONSTITUCIONAL

JOÃO SOARES
MINISTRO DA CULTURA



MANUEL HEITOR
MINISTRO DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



TIAGO BRANDÃO RODRIGUES
MINISTRO DA EDUCAÇÃO



ANTÓNIO VIEIRA DA SILVA
MINISTRO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL



GOVERNO PSD/CDS DESPEDIDO POR JUSTA CAUSA

O Governo PSD/CDS será despedido por “justa causa” no Parlamento, afirmou o deputado socialista Mário Centeno, que descreveu a visão da economia apresentada pela direita como “o cinismo em forma de vazio”.



JORGE FERREIRA

NUMA INTERVENÇÃO em que citou Mia Couto e Adriano Correia de Oliveira, Mário Centeno deixou claro que “o programa do Governo é uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma”, vincando que, em apenas quatro anos, a direita deixou um país mais pequeno e pobre e fez Portugal

perder a Europa. Na sua primeira intervenção no segundo dia de debate do programa do Governo PSD/CDS, o deputado do PS acusou o Executivo de direita de não traçar “compromissos”, nomeadamente no salário mínimo. Lembrando que, afinal, “o pe-

cado não morava aqui”, criticou o excesso de austeridade aplicado cegamente a famílias e empresas para de seguida evidenciar que os “tiques de autoritarismo” de PSD e CDS não se perderam no dia das legislativas de 4 de outubro. “O Governo encenou uma farsa a que gosta de chamar ne-

gociação”, sublinhou o deputado socialista, para depois desmentir a ideia que a direita tenta passar de que o PS não se tinha disposto a saber mais sobre as intenções programáticas do Governo, tendo inclusivamente “enviado perguntas que ficaram sem resposta”. Questões salariais ou em tor-

no do aumento da emigração foram também elencadas por Mário Centeno.

“O programa do governo que hoje despedimos por justa causa não resolve estes problemas”, disse, concluindo que “Portugal precisa de outra política e Portugal terá outra política”. ■

PROGRAMA DA DIREITA MANTÉM ATAQUE AO ESTADO SOCIAL



JORGE FERREIRA

O DEPUTADO Pedro Nuno Santos acusou no dia 9 de novembro, no Parlamento, Passos Coelho de manter no seu programa de Governo o projeto de ataque ao Estado Social apesar de a troica e o memorando já cá não estarem, criticando assim a insistência no caráter liberal do Executivo PSD/CDS.

O deputado do PS começou por interrogar o primeiro-ministro como é que Passos Coelho pensaria concretizar, depois de ter perdido o apoio maioritário da população portuguesa e de já não dispor do apoio maioritário no Parlamento, o seu projeto liberal?

Para Pedro Nuno Santos, a

resposta está à vista de todos: não é a troica, o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional ou a Comissão Europeia, “que já cá não estão”, nem tão pouco o memorando, que justifica que o programa do Governo venha de novo em 2015 com um projeto liberal tal como foi aplicado em 2011. “É a vontade e a opção ideológica da direita portuguesa”, disse o deputado do PS, que justifica que o programa de Governo do PSD/CDS se mantenha igual ao que sempre foi mantendo as políticas de austeridade e o ataque ao Estado social.

Na sua intervenção, o também líder da Federação de Avei-

ro fez questão de evidenciar a “enorme distância” que existe entre as propostas para Portugal do PS e as da coligação de direita, lembrando que apesar de haver alguma sintonia entre a direita e os socialistas sobre as questões europeias, mesmo aí, disse Pedro Nuno Santos, “temos visões diferentes”, porque o PS “não aceita a União Económica e Monetária tal como ela está”, uma vez que, sublinhou, não se trata apenas de defender a Europa em Portugal, “mas sobretudo de defender Portugal na Europa”. Rejeitou a desvalorização salarial prosseguida pela coligação de direita “como instrumento essencial de competitividade

de da economia portuguesa”, acusando PSD e CDS de serem contra o Estado social universal e tendencialmente gratuito, princípios que garantiu, “o PS não só nunca abandonou como sempre fizeram parte da sua história e prática política”. Pedro Nuno Santos acusou ainda a coligação de direita de seguir um programa que beneficia os sectores privados em detrimento do sector público, tanto na saúde como na educação, quer através de benefícios concedidos a seguradoras, no caso da saúde, quer através de benefícios concedidos a escolas privadas com a generalização dos contratos de associação. ■

VERGONHA É FINGIR QUE NÃO SE TEM IDEOLOGIA



JORGE FERREIRA

REAGINDO à intervenção de Passos Coelho, o deputado João Galamba começou por criticar o primeiro-ministro “por querer fingir” que tem governado de forma pragmática longe das ques-

tões ideológicas. “Vergonha não é ter ideologia. Vergonha é ter ideologia fingindo

que não a tem”, disse o deputado socialista, criticando Passos Coelho por ter mais uma vez na sua intervenção tentado “reescrever a história”, quando afirmou que foi obrigado a avançar com o programa de ajustamento, quando na verdade “fê-lo com gosto e sem qualquer fardo ou sacrifício”.

João Galamba, a este propósito, afirmou que a austeridade serviu principalmente ao primeiro-ministro e à coligação de direita

para justificar voltar a “empurrar o país para as políticas económicas e sociais que a direita e Passos Coelho sempre defenderam”. Lembrou que em 2011, “sem que ninguém lhe tivesse exigido”, Passos Coelho por “livre e espontânea vontade”, decidiu cortar metade do subsídio de Natal aos funcionários públicos. Não por razões orçamentais, lembrou o deputado do PS, porque o déficit “ficou largamente abaixo daquilo que era exigido

pela troica”. Mas pela simples razão porque o primeiro-ministro entendia que duplicar a austeridade “era um sinal à troica de empenho” e que com isso “conquistaria a confiança dos mercados”.

Algo que, como se veio a verificar, salientou João Galamba, não só não se alcançou, como criou miséria e desemprego e uma emigração como nunca se tinha visto em Portugal desde os anos sessenta do século passado. ■



HÁ UMA ALTERNATIVA QUE SERVE PORTUGAL

António Costa disse no dia 10 de novembro que a moção de rejeição ao atual Governo “assegura a vontade de mudança e é uma resposta construtiva que viabiliza outro Governo, com suporte parlamentar maioritário com condições estáveis ao longo da legislatura”.

“**HÁ UMA** alternativa que serve Portugal”, afirmou o Secretário-geral do PS, numa alusão aos acordos assinados entre as bancadas socialista, do PCP, Bloco de Esquerda e Verdes que “garantem um Governo do PS para a legislatura com apoio parlamentar maioritário”.

Com este acordo, que surge na sequência de um novo quadro parlamentar com a direita em minoria, frisou António Costa, “acabou um tabu, derrubou-se um muro”. “Todos somos diferentes nas nossas ideias, mas todos iguais na nossa legitimidade”, acrescentando que o apoio do PCP, BE e Verdes a um Governo do PS “é uma novidade que fortalece a democracia”.

António Costa venceu que é chegado o momento de os partidos da coligação de direita “perceberem que não gozam do direito natural de governar”, acrescentando que todas as forças políticas representadas no Parlamento “gozam de igual legitimidade para apoiarem e participarem nas soluções de governo”.

Continuidade sem evolução

Na sua intervenção, o Secretário-geral do PS defendeu

também que o novo Governo da coligação de direita, que não foi capaz de assegurar apoio maioritário, “não assegura estabilidade”.

Acrescentando que “quem colocou a maioria em minoria foram os votos soberanos dos cidadãos eleitores”.

António Costa salientou ainda que a coligação PSD/CDS “perdeu a maioria e está em minoria” no Parlamento, o que se traduz numa “vontade de mudança que cumpre respeitar e fazer cumprir”. Ao invés, frisou, o programa apresentado pela direita “é um programa de continuidade sem evolução”.

O Secretário-geral do PS defendeu que “este é o momen-

to de mobilizar Portugal e unir os portugueses, em torno do crescimento e do emprego, da valorização do conhecimento e da inovação como bases do desenvolvimento sustentável, da defesa do estado social para a erradicação da pobreza e a diminuição das desigualdades, de um novo impulso de convergência com a Europa, que permita uma consolidação sustentável das finanças públicas”.

“Este é o momento de pôr termo à governação da coligação PSD/CDS, para abrir um novo ciclo governativo. Só assim podemos virar a página dando aos portugueses um novo tempo de esperança no futuro e de confiança em Portugal”, afirmou António Costa. ■

GOVERNO PSD/CDS REJEITADO PELO PARLAMENTO

Após o encerramento do debate, o Parlamento aprovou por maioria a moção de rejeição ao Programa do XX Governo Constitucional, apresentada pelo PS, com 123 votos a favor e 107 votos contra.

A rejeição do Programa do Governo da coligação de direita PSD/CDS, implica, nos termos da Constituição da República Portuguesa, a demissão do governo.

Deu-se, assim, cumprimento à democracia parlamentar.

PORTUGAL NÃO SÓ DEVE COMO PODE MUDAR DE GOVERNO

Carlos César acusou no dia 9 de novembro a direita, agora em minoria, de querer rebocar o PS como um andarilho. Na intervenção que efetuou no primeiro dia do debate do programa do Governo da coligação de direita, o líder parlamentar socialista fez um balanço arrasador da herança deixada pelo PSD e CDS ao país, que “regrediu décadas”.

O PRESIDENTE do Grupo Parlamentar do PS afirmou que “a direita, tornada minoritária em 4 de outubro, pretendia agora, à falta de confiança que lhe foi retirada pelos portugueses, rebocar os socialistas, como se de um andarilho se tratasse, para os terrenos da indiferença à pobreza, às desigualdades e às ameaças de insustentabilidade do Estado Social que criou”. Ao invés do percurso feito, defendeu Carlos César, o que a atual situação exige “não é o Estado enfraquecido, concessionado e desistente que o PSD e o PP persistem em fazer prevalecer, mas sim um Estado regulador e atento à vida dos cidadãos e das empresas e das relações entre o social e o económico”.

“Nunca compreendi como se pode viver com Estado a mais, mas tenho a certeza que não se pode sobreviver com Estado a menos”, salientou. Para o líder da bancada socialista, “os anos de governação do PSD/PP foram, dia a dia, durante milhares de dias, um percurso constante de debili-

tação planeada das funções e serviços públicos”.

Por outro lado, Carlos César fez questão de deixar bem claro que “o PS não procurou nem deseja ser Governo a qualquer custo. O que deseja é que, por um lado, seja aliviado o custo que a economia portuguesa e as pessoas têm suportado com a austeridade excessiva e, por outro, que não recaiam sobre os portugueses os custos de uma solução governativa da direita sem estabilidade e confiança parlamentar possíveis”. ■

“Nunca compreendi como se pode viver com Estado a mais, mas tenho a certeza que não se pode sobreviver com Estado a menos!”

SOCIALISTAS NAS COMISSÕES PARLAMENTARES



JORGE FERREIRA

1ª COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Ana Catarina Mendes
António Gameiro
Elza Pais
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
Isabel Moreira
Ana Passos
Pedro Bacelar de Vasconcelos
Pedro Delgao Alves

4ª COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Palmira Maciel
António Gameiro
António Sales
Carlos Pereira
Edite Estrela
Filipe Neto Brandão
Carla Miranda
Paulo Trigo Pereira
Vitalino Canas

7ª COMISSÃO DE AGRICULTURA E MAR

Júlia Rodrigues
António Borges
Francisco Rocha
João Castro
Joaquim Barreto
Fernando Anastácio
Rosa Albernaz
Pedro do Carmo
Santinho Pacheco

10ª COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

Wanda Guimarães
Idália Serrão
Ana Sofia Araújo
Paulo Marques
Joaquim Raposo
Luis Soares
Ricardo Bexiga
Sónia Fertuzinhos
Tiago Barbosa Ribeiro

2ª COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

Alberto Martins
Ascenso Simões
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Lara Martinho
Paulo Pisco
Joana Lima
Sérgio Sousa Pinto
Porfirio Silva

5ª COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Eurico Brilhante
Hortense Martins
João Galamba
João Paulo Correia
Ricardo Leão
Carlos Pereira
Paulo Trigo Pereira
Ivan Gonçalves
Ana Passos

8ª COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Alexandre Quintanilha
Odete João
João Torres
Maria Augusta Santos
Pedro Delgado Alves
Sandra Pontedeira
Porfirio Silva
Susana Amador
André Pinotes

11ª COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESCENTRALIZAÇÃO, PODER LOCAL E HABITAÇÃO

Domingos Pereira
Euridice Pereira
Helena Roseta
Hugo Pires
Santinho Pacheco
José Manuel Carpinteira
Luis Vilhena
Maria da Luz Rosinha
Renato Sampaio

3ª COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Ascenso Simões
Diogo Leão
Miguel Coelho
Idália Serrão
Rui Riso
Joaquim Barreto
José Miguel Medeiros
Júlio Miranda Calha
vitalino Canas

6ª COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Hugo Costa
António Eusébio
Hortense Martins
João Paulo Rebelo
Carla Tavares
Luis Testa
Fernando Jesus
Pedro Coimbra
Luis Vilhena

9ª COMISSÃO DE SAÚDE

António Lacerda Sales
Domingos Pereira
Euridice Pereira
Marisabel Moutela
Luis Graça
Luis Soares
Luisa Salgueiro
Maria Antónia A. Santos
Helena Freitas

11ª COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESCENTRALIZAÇÃO, PODER LOCAL E HABITAÇÃO

Diogo Leão
Edite Estrela
Norberto Patinho
António Cardoso
Hugo Pires
Inês de Medeiros
João Castro
João Torres
Paulo Pisco ■

PRESIDENTES, VICE-PRESIDENTES E COORDENADORES

1ª COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS



PRESIDENTE
Pedro Bacelar de Vasconcelos

Constitucionalista e professor na Universidade do Minho. Diretor na Direitos Humanos Ci2. Integra o Human Rights Research Center. É Secretário Nacional do PS.



COORDENADOR PS
Filipe Neto Brandão

Jurista. Deputado à Assembleia da República nas XI e XII legislaturas. Membro do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz e da Comissão para a Fiscalização do Segredo de Estado. Foi Governador Civil de Aveiro.

2ª COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS



PRESIDENTE
Sérgio Sousa Pinto

Jurista. Deputado à Assembleia da República nas VII, XI e XII legislaturas. Foi deputado ao Parlamento Europeu.



COORDENADOR PS
Paulo Pisco

Licenciado em Filosofia, Pós-Graduação em Estudos Europeus. Jornalista. Deputado à Assembleia da República nas VIII, XI e XII legislaturas.

3ª COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL



VICE-PRESIDENTE
João Soares*

Advogado e Editor. Deputado à Assembleia da República nas V, IX, X, XI e XII legislaturas. Foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa e deputado ao Parlamento Europeu. Foi membro do Conselho de Estado.



COORDENADOR PS
Marcos Perestrello*

Licenciado em Direito. Presidente da Federação de Lisboa do PS. Deputado à Assembleia da República nas X e XII legislaturas. Foi secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar no XVIII Governo Constitucional e vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

4ª COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS



VICE-PRESIDENTE
Vitalino Canas

Advogado e professor universitário. Deputado à Assembleia da República nas XVIII, IX, X, XI e

XII legislaturas. Foi Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros no XIII Governo Constitucional. Foi presidente da Comissão dos Assuntos Europeus na anterior legislatura.



COORDENADOR PS
Margarida Marques*

Licenciada em Matemática – Estatística e Mestre em Ciências da Educação. Vice-Presidente do Conselho Geral do ISCTE-IUL. Fundadora e ex-Secretária geral da Juventude Socialista. Deputada à Assembleia da República na III legislatura. Chefiou a Representação da Comissão Europeia em Portugal.

5ª COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



VICE-PRESIDENTE
Paulo Trigo Pereira

Doutorado em Economia e professor catedrático do ISEG. Foi investigador associado nas Universidades de Amsterdam, Leicester, London School of Economics, New York University e Yale University.



COORDENADOR PS
João Paulo Correia

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas. Gestor. Deputado à Assembleia da República nas XI e XII legislaturas.

6ª COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS



VICE-PRESIDENTE
Hortense Martins

Economista e gestora de empresas. Deputada à Assembleia da República nas X, XI e XII legislaturas. Foi vice-presidente do Grupo Parlamentar. É presidente da Federação PS de Castelo Branco.



COORDENADOR PS
Luís Testa

Licenciado em Direito. Presidente da Federação do PS de Portalegre. É membro da Assembleia Intermunicipal do Alto Alentejo.

7ª COMISSÃO DE AGRICULTURA E MAR



PRESIDENTE
Luís Capoulas Santos*

Sociólogo. Deputado à Assembleia da República nas VI, VII e IX legislaturas. Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural no XIII Governo Constitucional. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas no XIV Governo Constitucional. Deputado ao Parlamento Europeu entre 2004

e 2014. Presidente da Federação do PS de Évora.



COORDENADOR PS
António Borges

Engenheiro Civil. Foi presidente da Câmara Municipal de Resende. Presidente da Federação do PS de Viseu.

8ª COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



PRESIDENTE
Alexandre Quintanilha

Doutorado em Física Teórica pela Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo. Trabalhou nos Estados Unidos como professor em Fisiologia Celular e foi diretor do Centro dos Estudos Ambientais na Universidade da Califórnia, Berkeley. Foi professor catedrático de Biofísica no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto e diretor do Instituto de Biologia Molecular e Celular do Instituto de Engenharia Biomédica. Presidente do Conselho dos Laboratórios Associados e é membro do Conselho Nacional para a Ciência e Tecnologia.



COORDENADOR PS
Porfírio Silva

Mestre em Filosofia e doutorado em Epistemologia e Filosofia das Ciências. Investigador e colaborador do Instituto de Sistemas e Robótica e do Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa. Secretário Nacional do PS.

9ª COMISSÃO DE SAÚDE



VICE-PRESIDENTE
Maria Antónia Almeida Santos

Jurista. Deputada à Assembleia da República nas VIII, X, XI e XII legislaturas. Foi presidente da Comissão de Saúde na anterior legislatura.



COORDENADOR PS
Luísa Salgueiro

Advogada e consultora jurídica. Deputada à Assembleia da República nas X, XI e XII legislaturas. Foi porta-voz dos socialistas na Comissão de Saúde na última legislatura.

10ª COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL



VICE-PRESIDENTE
Isabel Santos

Licenciada em Relações e Cooperação Internacionais e pós-graduada em Sociologia. Deputada à

Assembleia da República nas X e XII legislaturas. Foi vereadora da Câmara Municipal de Gondomar e Governadora Civil do Porto.



COORDENADOR PS
Sónia Fertuzinhos

Licenciada em Relações Internacionais-Económicas e Políticas. Pós-graduada em Estudos Europeus. Deputada à Assembleia da República nas VII, VIII, IX, X, XI e XII legislaturas. Foi vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS.

11ª COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESCENTRALIZAÇÃO, PODER LOCAL E HABITAÇÃO



VICE-PRESIDENTE
Maria da Luz Rosinha

Deputada à Assembleia da República na VII legislatura. Foi presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. É secretária Nacional do PS.



COORDENADOR PS
Renato Sampaio

Consultor de empresas. Deputado à Assembleia da República nas VIII, IX, X, XI e XII legislaturas.

11ª COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESCENTRALIZAÇÃO, PODER LOCAL E HABITAÇÃO



PRESIDENTE
Edite Estrela

Licenciada em Filologia Clássica. Deputada à Assembleia da República nas V, VI, VIII e IX legislaturas. Foi presidente da Subcomissão parlamentar de Cultura e vice-presidente da Associação Portuguesa de Escritores. Foi presidente da Câmara Municipal de Sintra. Chefiou a delegação socialista no Parlamento Europeu (2005 a 2014). Presidente do Conselho de fundadores da Fundação Res Publica.



COORDENADOR PS
CULTURA E COMUNICAÇÃO
Inês Medeiros

Atriz e realizadora. Deputada à Assembleia da República nas XI e XII legislaturas.



COORDENADOR PS
JUVENTUDE E DESPORTO
João Torres

Mestrado integrado em Engenharia Civil. Secretário-geral da Juventude Socialista. ■

* Tomaram posse como membros do XXI Governo Constitucional. Aguardam-se os nomes dos substitutos.

ESTE MÊS FOI NOTÍCIA



LEI DA IVG VOLTA A AFIRMAR A DIGNIDADE DAS MULHERES

A Assembleia da República aprovou no dia 20 de novembro o projeto de lei do PS que revoga as alterações à lei da interrupção voluntária da gravidez (IVG) introduzidas pela coligação de direita no último plenário da legislatura anterior. Com a aprovação da iniciativa socialista, dá-se assim cumprimento a um dos primeiros compromissos assumidos pelo PS para a nova legislatura e volta "a ser afirmada a dignidade das mulheres", como afirmou a deputada Elza Pais.

A deputada socialista acusou PSD e CDS de tudo terem feito para "perturbar uma lei que estava a ser bem aplicada", tendo "resultados visíveis ao nível da redução do número de abortos clandestinos e de abortos repetidos". "Tudo fizeram para travar um dos maiores avanços civilizacionais que abril nos deu", acrescentou.

Em idêntico sentido, a deputada Susana Amador criticou as alterações "iníquas" à Lei da IVG, introduzidas pela anterior maioria, que disse representarem "uma visão tutelada, tendenciosa e restritiva da autonomia da mulher". ■

"UMA DÉCADA PELA IGUALDADE E CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÉNERO"

Decorreu no dia 16 de novembro, na Figueira da Foz, a sessão pública de lançamento do livro "Uma década pela Igualdade e contra a violência de género – fragmentos de discurso político 2005/2015", da autoria de Elza Pais, deputada socialista e ex-secretária de Estado da Igualdade no XVIII Governo Constitucional.

A obra foi apresentada pela deputada Edite Estrela e tem prefácio de Maria Antónia Palla. ■

PS CONDENA ATENTADOS DE PARIS

Os atentados de Paris "representaram um ataque direto contra os nossos valores fundamentais, contra a democracia e contra a liberdade e são a expressão de um horror que nós condenamos energeticamente", afirma o Secretário-geral do PS numa mensagem enviada ao presidente de França, François Hollande, na sequência dos trágicos acontecimentos que provocaram a morte de mais de 130 pessoas.

"Manifesto a minha solidariedade com o povo francês e as suas autoridades perante os ataques terríveis desta noite", escreveu António Costa numa nota também enviada ao primeiro-ministro, Manuel Valls, ao Partido Socialista Francês e ao embaixador de França em Portugal.



Nas cartas dirigidas ao Presidente da República e ao primeiro-ministro de França, o Secretário-geral do PS expressa "solidariedade sincera neste momento de dor" face aos atentados terroristas e endereça condolências aos familiares das vítimas e a todos os cidadãos franceses.

Por sua vez, o presidente do PS e líder parlamentar socialista, Carlos César, enviou uma mensagem ao seu homólogo socialista francês, Bruno Le Roux, condenando estes atentados contra "a civilização e humanidade". ■

PARLAMENTO DERRUBOU MURO DE DISCRIMINAÇÃO

O Parlamento português teve hoje "o privilégio de pôr cobro a uma grave discriminação", como afirmou a deputada socialista Isabel Moreira, ao aprovar os projetos de lei que eliminam as restrições legais à adoção por casais do mesmo sexo.

"Hoje estamos também a proceder a uma reparação que nos foi pedida. Que nos foi exigida", sublinhou no dia 20 de novembro Isabel Moreira na apresentação do diploma do PS, "neste dia em que as crianças estão a ouvir-nos", ao convocar o "Parlamento a reparar o feito e a ficar do lado justo da história".

Em causa, explicou a deputada do PS, estava "pôr um ponto final na exclusão da possibilidade de casais do mesmo sexo



candidatem-se à adoção e de, consequentemente, ser possível também nos casais do mesmo sexo, a adoção do filho do cônjuge ou unido de facto que já é, na verdade, pai e mãe, ainda que vergonhosamente não reconhecido na lei".

"O Estado não pode incitar a sociedade a alimentar preconceitos", acrescentou. ■

INVESTIGAÇÃO E CIÊNCIA ANDARAM 5 ANOS PARA TRÁS

Tal como se verifica nas restantes áreas, também durante a governação do PSD/CDS, também a cultura científica sofreu um assinalável recuo. Após quase uma década de crescimento no investimento em ciência, o ciclo inverteu-se com a direita e o país andou de marcha atrás. Segundo um estudo sobre cultura

científica em Portugal que foi apresentado no dia 23 de novembro no Museu Nacional de História Natural e da Ciência, desenvolvido para a Fundação Francisco Manuel dos Santos por professores universitários e jornalistas, o progresso da ciência que o país conheceu a partir da década de 90 regrediu na última legislatura, não só em resultado da crise financeira recente, mas também fruto da opção política da coligação PSD/CDS. ■

ALARGAR ÂMBITO DOS BENEFICIÁRIOS DA PROcriação MEDICAMENTE ASSISTIDA

O Grupo Parlamentar do PS apresentou no dia 26 de novembro, na Assembleia da República, o projeto de lei que alarga o âmbito dos beneficiários das técnicas de procriação medicamente assistida. É assim dado cumprimento a uma das primeiras iniciativas que o PS assumiu para a nova legislatura.

Na exposição de motivos do diploma, o Grupo Parlamentar do PS lembra que a Lei n.º 32/2006, de 26 de junho, aprovada na sequência de uma iniciativa legislativa promovida pelo Partido Socialista, representou um passo em frente determinante no domínio da procriação medicamente assistida (PMA) em Portugal.

No entanto, consideram os deputados do PS, decorrida quase uma década desde a aprovação daquele texto essencial, é hoje indispensável, após um primeiro balanço da sua vigência e detetadas fontes de discriminação no acesso às técnicas de PMA, introduzir alterações que melhorem o diploma e alarguem o âmbito de destinatários, de forma a eliminar discriminações injustificadas. ■



MARCHA PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A Praça do Comércio foi palco, no dia 25 de novembro, da marcha pelo fim da violência contra as mulheres, convocada por diversas organizações. Uma razão nobre para assinalar o dia 25 de novembro.

Este é um combate no qual o PS sempre esteve e continua a estar na linha da frente. A lei contra a violência doméstica foi proposta e aprovada num Governo socialista, representando um avanço legislativo significativo e ímpar. ■



ETELVINA LOPES DE ALMEIDA

COMBATENTE DA DEMOCRACIA E IGUALDADE

A Fundação Mário Soares (FMS) foi palco, no dia 19 de novembro, de uma sessão de homenagem a Etelvina Lopes de Almeida, jornalista, escritora, política e deputada. “Uma combatente das causas da democracia e da igualdade”, como destacou Edite Estrela, uma das oradoras na sessão, referindo uma personalidade singular que permite evocar “o papel da mulher na República e no Estado Novo”.

COM a presença de Mário Soares e António Almeida Santos, assim como do historiador e investigador João Gomes Esteves, outro dos oradores intervenientes, a sessão, inserida no ciclo ‘Vidas com Sentido’ que a FMS tem vindo a promover, homenageou uma “mulher singular” e “uma combatente das causas da democracia e da igualdade, tendo participado ativamente na luta cívica ao lado de Maria Lamas e em várias organizações de mulheres”, salientando-se a sua adesão, em 1947, ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

Etelvina Lopes de Almeida iniciou a sua atividade política no tempo da ditadura salazarista, participando nas campanhas de Norton de Matos e de Humberto Delgado, e integrando, em 1969, a lista de candidatas a deputados pela CEUD Comissão Eleitoral de Unidade Democrática.

Depois da Revolução dos Cravos, aderiu ao PS, sendo deputada à Assembleia Constituinte (1975-76) e à Assembleia da República (em 1976 e 1978) pelo círculo eleitoral de Évora, altura em que partilhou a bancada parlamentar com Maria de Jesus Barroso.

Evocando este período, Edite Estrela partilhou uma curiosa leitura dos diários das sessões da Assembleia Constituinte, destacando uma intervenção em plenário, onde, a propósito de um comunicado da Juventude Social-Democrática da Madeira, Etelvina Lopes de Almeida, “antifascista desde os 16 anos”, afirma que sendo “socialista, não é anti-comunista, como os melhores comunistas nunca serão antissocialistas”.

Uma afirmação que, como salientou Edite Estrela, ganha uma pertinência e uma clareza muito interessantes,

tendo em conta o contexto político que o país hoje vive.

Escolhida, em 1993, para presidir em Estrasburgo a uma sessão do Parlamento Europeu para os idosos, durante a qual foi aprovada a Carta Europeia para os Idosos, Etelvina Lopes de Almeida viria a ser agraciada, dois anos mais tarde, com a Comenda da Ordem de Mérito, atribuída pelo então Presidente da República, Mário Soares.

No princípio do século XX, poucas mulheres conseguiam escapar ao determinismo da época e da família e desenhar o seu próprio caminho. Etelvina foi uma dessas raras mulheres.

“Como afirma o pessoano heterónimo, entre ‘uma e outra coisa’ todos os dias foram dela. Poucas pessoas poderão como ela afirmar, quase no fim da vida, «não lamento nada do que me aconteceu», evocou Edite Estrela.

“Vidas com sentido” é uma iniciativa da Fundação Mário Soares que tem vindo a homenagear personalidades de diferentes quadrantes políticos que pelos seus ideais, pela sua postura cívica e política, pelos seus combates, souberam dar sentido às suas vidas e que, embora já falecidos, permanecem como exemplos. ■

“NÃO PERÇAS A ROSA” DE NATÁLIA CORREIA

Decorreu no dia 24 de novembro no Botequim, em Lisboa, o lançamento da reedição do livro “Não Percas a Rosa”, da autoria de Natália Correia, promovido pela editora Ponto de Fuga.

TRATA-SE de uma reedição do diário que a ilustre escritora manteve durante o convulso período revolucionário de 1974-75, acrescido das crónicas de imprensa que então publicou, assim como de alguns inéditos. A apresentação da obra esteve a cargo de Ângela Almeida, Daniel Oliveira, Fernando Dacosta

e Pedro Marques Lopes. O Botequim, emblemático espaço lisboeta no Largo da Graça, foi fundado por Natália Correia em 1968, com Isabel Meirelles, Júlia Maranhã e Helena Roseta. Foi ali que, durante as décadas de 70 e 80, se reuniu grande parte da intelectualidade portuguesa, de Fernando Dacosta a

David Mourão-Ferreira, António Alçada Baptista, José-Augusto França, Luiz Pacheco, Ary dos Santos e José Cardoso Pires, entre muitos outros.

Encerrado após a morte de Natália Correia, em 1993, foi recuperado e reaberto em 2010, respeitando o espírito e a memória da escritora. ■



CALENDÁRIOS RETROATIVOS

ANTÓNIO CORREIA
DE CAMPOS



“ A Oposição começa pela mentira a sua via crucis. Tenham paciência, meninos e meninas. A vida não é como a pintam, mas como a realidade a conforma.

A Oposição teve um problema com o calendário de promessas e já está a entrar em dislexia com o seu novo estado de abstinência de poder. Todas as informações económicas e fiscais eram positivas até às eleições. A economia crescia a 1,5%, o défice aguentaria sempre abaixo dos 3%, com umas secretas reservas orçamentais, a devolução da sobretaxa estava garantida a 35% para este ano, com perspetivas de alcançar os 50%: A uma semana das eleições Passos Coelho proclamava “sabemos hoje que estamos em condições, em 2016, de cumprir essa norma do orçamento” (a promessa de devolução no início de 2016, de “uma parte importante” da sobretaxa de 2015).

O próprio Presidente colaborou graciosamente na farsa, declarando que de acordo com estimativas do seu gabinete, a evolução das finanças públicas não só apontava para o cumprimento dos objetivos do défice de 3%, como iria permitir alguma redução da sobretaxa que os Portugueses iriam pagar. Cauteloso, concedia que, sendo uma boa notícia, haveria que esperar até ao fim do ano. De Paulo Núncio nem vale a pena falar, depois de frustradas as promessas, ele teve o desplante de culpar os contribuintes: “Houve da parte dos contribuintes uma perceção errada do que dizia o Governo em relação à sobretaxa”. A ideologia da maldição da vítima no seu pleno.

Agora que o poder passou para a esquerda, a defunta coligação agarra-se a calendários de efeito retroativo. Os dados económicos do segundo trimestre (julho a setembro) começam a decair no brilho, a culpa é do PS, muito antes de haver eleições. A confiança na economia regressou aos valores de fevereiro e a dos empresários a valores de Abril? A culpa é do PS que está a gerar instabilidade nos mercados, como pretende o CDS/PP, ainda em pleno fervor eleitoralista.

A Oposição começa pela mentira a sua via crucis. Tenham paciência, meninos e meninas. A vida não é como a pintam, mas como a realidade a conforma. ■



TRÊS PERGUNTAS A PORFÍRIO SILVA

SECRETÁRIO NACIONAL DO PS
PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O PS propôs à Internacional Socialista (IS), na reunião do Conselho em Luanda no final de novembro, o desenvolvimento de uma Agenda Global para as Migrações. Qual é o alcance político dessa proposta?

Os partidos da Internacional Socialista influenciam as políticas de muitos países em todo o mundo. É importante que possamos aprender uns com os outros, para assim reforçarmos a contribuição desta organização, através de cada partido, para o bem comum a nível mundial. Propusemos, concretamente, que seja elaborado um roteiro quanto à capacidade instalada e de resposta em matéria de reinstalação, relocação e integração de emigrantes e refugiados. Deveríamos, desse modo, passar a dispor de um plano global com recomendações, propostas e medidas de trabalho, um plano que estaria ancorado nos valores defendidos pela Internacional Socialista. Isto é: também aqui a nossa ação deve ter sempre por base a perspetiva dos direitos humanos fundamentais, como afirmei na minha intervenção logo na primeira sessão do Conselho da Internacional Socialista. A Europa muitas vezes quer dar lições a outros sobre o que fazer nestas situações, mas, agora, também na Europa, nem todos estamos a fazer tudo o que é necessário neste domínio.

A delegação do PS encontrou-se com o secretário-geral do MPLA. Como decorreu esse encontro?

De facto, tivemos vários encontros bilaterais, nomeadamente no espaço da CPLP, esse de que fala, e também com o presidente do PAIGC. Em qualquer dos casos, houve uma troca de informações e análise da situação política nos nossos países. Tivemos oportunidade de sublinhar que as diferen-

ças de posição em matéria de relações internacionais entre o PS e outros partidos que apoiam o atual governo (o PCP, um aliado tradicional do MPLA, e o BE, que tem sido bastante mais crítico) são perfeitamente normais em democracia. Tal como são democraticamente normais as diferenças que existem dentro do próprio PS quanto a essa e outras questões. Embora estes contactos sejam partido a partido, e não governo a governo, nunca esquecemos o interesse de angolanos e portugueses nas boas relações entre os nossos países, especialmente no caso dos angolanos a viver em Portugal e dos portugueses a viver em Angola. Afinal, queremos que seja nítida a importância que o PS dá à cooperação de Portugal com os países africanos irmãos, na base da igualdade e do respeito pela soberania, sem esquecer o papel específico que aí jogam as relações entre partidos.

Como é que a Internacional Socialista poderá voltar ser uma organização de grande relevância no plano mundial, como já foi há décadas?

A Internacional Socialista centrada na Europa acabou. Esse é um sinal dos tempos. A IS é agora mais diversificada, menos homogénea. Isso é bom, é um potencial, na medida em que pode ajudar a organização a chegar a mais países, a mais cenários de luta pela paz, pelo desenvolvimento e pelos direitos humanos. Mas, ao mesmo tempo, é preciso manter a identidade da Internacional Socialista, manter um rumo ideológico e político que esteja à altura das suas responsabilidades e do seu património, sem deixar de se atualizar. Ora, essa é uma batalha que nunca está ganha, que tem sempre de continuar. Há trabalho para fazer nesse campo e o PS não enjeita trilhar esse caminho. ■